

O depoimento que faltava

CPI - Documentos

Expedicto Quintas

Não resta a menor dúvida. A CPI do Orçamento encontrou o elo perdido da cadeia de evolução que resultou na teratologia administrativa da corrupção da lei de meios. A convocação do ex-diretor da Assessoria de Orçamento, Roberval Baptista de Jesus, tornou possível abrir a clarreira necessária e suficiente para implodir a conspiração nanista para a grande empreitada.

Companheiro de trabalho, por longos anos, sempre tive em Roberval reiteradas comprovações de sua sólida formação técnica e acima de tudo de sua arraigada e intransigente postura de servidor probo, competente e dedicado, com envergadura de homem público na melhor concepção de créditos para essa função.

Acompanhei, de perto, o seu zelo e a sua preocupação em dar sentido profissional à sua designação para chefiar a Assessoria de Orçamento, setor onde já atuara, sempre movido por um desejo de emprestar aos trabalhos de revisão da proposta do Governo os melhores padrões da ética parlamentar. Enriquecida a Assessoria por um quadro técnico de qualificação provada e comprovada em duríssimos concursos públicos, em março de 1991, reunia as condições ideais para um fecundo trabalho de assessoramento técnico.

Tão pronto se viu investido das novas funções, passou a colocar em prática as suas idéias. E elaborou um projeto de reestruturação da Assessoria, notadamente em relação à fiscalização financeira, prerrogativa até aqui negligenciada pelo Congresso Nacional. Com um esquema de "Cosa Nostra" já montado, cedo os seus mentores identificaram nos ofícios da fiscalização financeira, segundo moldes adequados, uma ameaça aos êxitos das empreitadas embutidas no Orçamento de 1992.

Da constatação à ação, tudo se processou dentro de um automatismo mafioso, colhen-

do a cabeça de Roberval na bandeja da iniquidade administrativa. Afrontaram anos e anos de dedicação à Câmara, demitindo-o num processo impiedoso e cruel, à época tido e havido como inexplicável, menos para quem tinha conhecimento do alcance das medidas que estavam em elaboração. Na sua demissão está o fulcro de tudo o que aconteceu posteriormente. Os que o demitiram — e aqueles que por essa providência se bateram —, são os principais agentes do processo de corrupção implantado na execução do Orçamento de 1992, vindo a reboque de práticas suficientemente amadurecidas, porém em menor escala, em orçamentos anteriores.

A armação que se consolidou, em dimensões de monumentalidade, não era novidade. Embora em menor escala, era habitual. A conjugação que se efetivou, juntou num propósito doloso único o Executivo com o Legislativo, este último representado pelos traidores da Comissão de Orçamento e suas extensões através dos canais hierárquicos da Câmara e do Senado. Bastaria à CPI investigar detalhadamente os canais de trânsito dos pedidos de crédito suplementar e os gastos autorizados por conta da Reserva de Contingência. Em tais provimentos financeiros os carimbos estão à mostra, com todas as letras e as respectivas impressões digitais dos lobbies das liberações.

O depoimento do professor Roberval Baptista, por isso mesmo, dá o prumo indispensável para localizar, com precisão, o centro de gravidade dos poderes paralelos instituídos na preparação e na execução do OGU. Se devidamente fiscalizados em suas corretas aplicações, não teriam chégado aos descaminhos e distorções que hoje envergonham as nossas instituições.

A sua convocação para auxiliar nos trabalhos de conclusão da CPI seria um instrumento valioso quanto ao apoio técnico das decisões políticas a serem adotadas.